

Trajetórias do PT e do MST: a ação política entre a resistência e a institucionalização

Prof. Dra. Andrea Paula dos Santos

Departamento de História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG/PR

andreapaula@hotmail.com

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são protagonistas desse estudo, pois em seus breves percursos nas décadas de 1980 e 1990 lograram colocar em pauta na agenda política brasileira a necessidade de profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. E ao final do século XX e início do século XXI, através da conquista do poder político em níveis locais, regionais e nacional, tiveram a oportunidade histórica de tentar concretizar algumas dessas transformações que tanto preconizaram. Isso aconteceu concomitantemente à busca da concepção teórica e prática de um novo modelo de desenvolvimento em que a reforma agrária passou a ter centralidade no rumo do estabelecimento e da consolidação da democracia e da justiça social como meios para superar a miséria, a pobreza, as desigualdades em geral, e suas consequências mais visíveis como a violência, a exclusão, a discriminação, a marginalidade e a falta de perspectiva de milhões de brasileiros.

Alguns estudiosos afirmam que os movimentos sociais e os partidos de esquerda refluíram em razão do contexto político e social de avanço da globalização e do neoliberalismo. Outros apontam uma reformulação ou cooptação destes movimentos e partidos pelos poderes públicos face às transformações políticas e sociais ocorridas, ainda cumprindo destacado papel na construção e consolidação da democracia. É consenso que nas últimas décadas, no Brasil e na América Latina, a anistia e a democracia foram conquistadas sobretudo pela pressão dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda que também os apóiam. Além disso, grande parte das políticas públicas desenvolvidas na área social foi implementada pelos governos por exigência dos movimentos sociais ou mesmo por estes últimos em parceria com instituições governamentais e não governamentais.

O PT e o caminho para a tomada do poder

Escrever sobre a trajetória do PT – Partido dos Trabalhadores - não foi tarefa fácil, Pois, como André Singer, consideramos que é impossível compreender o Brasil do século XXI sem entender o PT. A sugestão da formação de um partido dos trabalhadores aparece desde 1978, no contexto do final da ditadura militar e das grandes greves dos trabalhadores do ABC paulista, organizadas pelo movimento sindical brasileiro que chegou a ser considerado o mais ativo do mundo. Foram membros dessa classe operária, os chamados novos sindicalistas que, juntamente com intelectuais e outras lideranças de movimentos sociais e políticos, fundaram o PT em 1980. Desde então, houve uma diminuição do peso relativo dos sindicalistas na estrutura partidária. No entanto, na trajetória ascendente do PT, algumas dessas lideranças sindicais foram alçadas aos principais cargos políticos do país. Assim, o PT, originário da classe trabalhadora, possibilitou aos seus representantes o exercício do poder político no Brasil e, por conseguinte, o favorecimento da democratização desse poder político historicamente distanciado dos trabalhadores. Contudo esse caráter “classista” do PT levantou muitas controvérsias e não há consenso sobre a composição da base social do PT e sobre sua contribuição ao processo político que tem se desenrolado no Brasil. Segundo Eder Sader, o que marcou o surgimento do PT foi a necessidade de independência política dos trabalhadores no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

O PT, ao longo de sua trajetória, concretizou reformulações programáticas e organizativas. Esses processos foram complexos, fruto do contexto histórico do fracasso das experiências do socialismo real, repletos de contradições e ambigüidades. É importante destacar que as propostas do PT foram sendo construídas num processo concomitante à participação nas instituições políticas existentes em nossa sociedade, numa permanente tensão entre posições mais moderadas, de privilegiar as ações em torno da disputa eleitoral e posições mais radicais, de privilegiar aquelas que fossem centradas na consolidação dos movimentos sociais. Foi essa ambigüidade que perpassou e entrelaçou o PT e o MST no contexto histórico em que esses sujeitos se tornaram protagonistas das transformações de inspiração socialista que procuraram concretizar.

Alguns afirmam que as mudanças ideológicas do PT também foram reflexos das derrotas eleitorais aliadas à derrota do socialismo real como alternativa ao capitalismo pois, desde 1991, o programa do partido defende uma idéia de socialismo com alternância no poder e convivência com o mercado e com a propriedade privada. Essas mudanças programáticas também foram frutos dos debates internos e da correlação de forças entre as várias tendências do PT. Para os estudiosos, entretanto, o aspecto mais relevante da história do PT é a história do enraizamento do partido no solo eleitoral. Dessa maneira, o PT passou de fato a governar no âmbito local. Grande parte das pessoas que comporia as administrações pertencia a uma geração e uma classe social que pela primeira vez estariam à frente do poder público, marcado por estruturas historicamente burocrática, hierárquica, clientelista e patrimonialista. Além disso, as contradições e ambigüidades programáticas e organizativas que caracterizaram o PT desde sua origem viriam à tona nos conflitos internos que se espraariam para o percurso de suas gestões. Entretanto, para muitos estudiosos, o PT também demonstrou que havia se tornado um partido maduro, que sabia respeitar as regras do jogo na luta institucional, bem diferente da tradição política e partidária existente. Sobretudo, o PT conseguira, simultaneamente à sua participação institucional cada vez mais ampla, manter e ampliar a sua ação em suas frentes tradicionais, como os movimentos sindicais e sociais.

O que podemos considerar como mais significativo na trajetória do PT na década de 1990 foi a sua difícil consolidação como partido político de grande porte com amplo exercício do poder legislativo e executivo, tornando-se protagonista da formulação e da execução de políticas públicas marcadas pela incorporação de novos sujeitos em seu desenvolvimento, tais como os movimentos sociais e a sociedade civil organizada em geral. Os petistas, em especial seus intelectuais orgânicos, consideram que conforme o PT foi exercendo parcelas de poder conquistadas através das eleições, passou a defender a causa dos trabalhadores de dentro das instituições estatais. Muitos consideraram que esta participação levou, de fato, os trabalhadores ao poder. Todavia, esse poder foi e é exercido pelos representantes históricos dos trabalhadores no final do século XX e início do século XXI em aliança com uma

burguesia, que não é mais considerada inimiga, como era nos documentos partidários da década de 1980. Esse posicionamento já denotava como caminhavam os governos locais petistas e, em certa medida, prenunciava como viria a ser um governo federal petista já anunciado para 2002. Completaria-se então o ciclo histórico de surgimento e consolidação do PT em conformidade com as palavras de José Dirceu de Oliveira, presidente do partido entre 1995 e 2001, e posterior Chefe da Casa Civil do governo Lula, que uma vez definiu o PT como vocacionado para ser governo.

O MST e a organização da resistência

Assim como no caso do PT, percorrer a trajetória do MST, mesmo que em linhas gerais, foi um caminho tortuoso. Há muitos estudos sobre este movimento social que abarcam os principais aspectos de sua história, tais como o princípio da sua organização, as instituições que apoiaram suas lutas, as diferentes experiências de resistência, a construção da autonomia política, das instâncias de representações e dos diversos setores de atividades que o compõem. Também existem vários trabalhos que tratam das origens e das formas de organização nos assentamentos e do trabalho realizado neles, abrangendo estudos e análises das cooperativas, das associações, da produção agropecuária, das formas de comercialização e dos impactos sócio-econômicos locais. Outras pesquisas se debruçaram sobre as mudanças significativas ocorridas na vida das famílias acampadas e assentadas, envolvendo desde os aspectos relacionados à cultura, à educação, à saúde, ao trabalho, à alimentação, à moradia, até aqueles ligados às questões de geração, de gênero e de sexualidade. Além disso, existem trabalhos específicos sobre as principais dificuldades e desafios que os sem terra enfrentam, como por exemplo sua relação com outros movimentos sociais que atuam nos estados; com as instituições contrárias ou favoráveis à reforma agrária; e com os processos de negociação com os governos locais e nacional.

O PT teve relação direta com o nascimento do MST em 1984 que, por sua vez, foi gestado no interior da Comissão Pastoral da Terra (CPT), mantida pelas igrejas cristãs, especialmente a Católica. Essa ligação existiu também em razão de que a mais significativa adesão ao PT em sua fundação foi a dos grupos católicos progressistas que, durante a

ditadura criaram uma rede de organizações populares por todo o país, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O MST foi fruto do agravamento das desigualdades sociais e da repressão no meio rural, algumas das consequências nefastas da ditadura militar que, de certa forma, ainda vigoram no Brasil. Esse contexto histórico fez com que o MST se constituísse como alternativa concreta no cenário político e social brasileiro, desde 1984. A fundação do movimento representou o coroamento de um longo processo de mobilização dos trabalhadores rurais sem terra em busca de sua independência política num contexto análogo aos dos trabalhadores urbanos mobilizados nas greves dirigidas pelos novos sindicalistas que fundaram o PT.

Com o MST, os trabalhadores forjaram um novo espaço de defesa de seus interesses no cenário político brasileiro. O MST é composto por uma grande pluralidade de sujeitos: pequenos agricultores falidos, camponeses expulsos do campo por latifundiários, bóias-frias, desempregados, ex-meninos de rua de famílias de origem rural desestruturadas no meio urbano, ex-favelados e até mesmo ex-trabalhadores escravos. Num primeiro trabalho que tivemos oportunidade de concretizar, esses sujeitos contaram como encontraram no MST a possibilidade de conquista da terra e, com ela, o acesso ao trabalho, à educação, à solidariedade, enfim, à cidadania negada pela repressão e pelos sucessivos governos brasileiros pós-democratização. Foi a partir da organização desses sujeitos excluídos no movimento social que muitos passaram a uma condição de inclusão, ocupando postos de lideranças, tornando-se também agentes de mediação. Com o MST, muitos dos chamados pobres do campo puderam se alçar à condição de cidadãos com acesso à direitos, líderes de seu próprio grupo de origem, mas já com uma concepção teórica e prática de sua trajetória redimensionada pela experiência política e social nos partidos de esquerda, notadamente o PT. E isso também os levou à liderança de partidos de esquerda e a se tornarem representantes políticos eleitos como vereadores, deputados e até prefeitos. Nesse último ponto, cabe destacar que ao longo de seu percurso, o MST incorporou outros sujeitos além daqueles da família dos trabalhadores rurais sem terra, ampliando seu apoio na sociedade e o seu raio de ação para atingir seus objetivos.

Na ótica do MST, mais do que um novo movimento popular, ele se afirmou como o resultado de séculos de luta pela terra, portador da memória coletiva de grupos sistematicamente excluídos da história oficial. O MST não foi o primeiro movimento a lutar pela terra no Brasil e na América Latina, utilizando-se principalmente do recurso das ocupações, e têm plena consciência disso. Eles citam como exemplo alguns movimentos sociais, tais como as Ligas Camponesas e o MST (Movimento dos Agricultores Sem Terra) entre 1950 e 1964. E também se apropriam da história de rebeliões e revoluções que tiveram participação dos camponeses.

O acampamento é por excelência o espaço de resistência construído pelo MST. Nele, essa estrutura organizacional – aliada à uma disciplina coletivista ferrenha e à tentativa do exercício permanente da democracia direta por meio de fóruns de decisão tais como reuniões e assembleias – procura garantir o atendimento às necessidades dos acampados e equacionar os problemas internos. O acampamento se constrói como espaço público de ressocialização e inclusão de pessoas postas à margem da sociedade e ao mesmo tempo se apresenta como forma de reivindicação do direito à terra, em defesa da urgência da reforma agrária. Além da permanência no acampamento, os sem terra concretizam outras ações de mobilização que têm por objetivo levar conhecimento, às pessoas que vivem nas cidades, da realidade dos que vivem fora dela. São meios de pressão e de divulgação, como as caminhadas, as marchas, os serviços voluntários e a ocupação de prédios públicos. Foi com essa organização que o MST foi travando suas lutas localizadas e também aquelas no âmbito nacional, inserindo-se amplamente no contexto de ocupações e negociações que visavam as bandeiras de luta da reforma agrária. De fato, para o MST, o processo de luta e resistência através das mobilizações, sobretudo as caminhadas, e das ocupações de terra se apresentaram como o único e mais difícil caminho para a obtenção de pequenas conquistas.

Entretanto, foi a partir de 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República que o MST viveu o seu auge como carro-chefe da oposição e, exatamente por isso, foi um dos principais alvos da luta política travada no final do século no Brasil. O MST passou da luta pela terra para outras reivindicações de maior alcance,

decorrentes da própria conquista da terra. Em suma, passaram a lutar também por políticas públicas de reforma agrária, tais como crédito, moradia, assistência técnica, escolas, saúde e outras necessidades das famílias que também precisavam ser atendidas. Nesse processo, emergiu um conjunto de demandas que levou os sem terra da luta contra o latifúndio à luta contra o modelo econômico capitalista em sua versão neoliberal. Ocupou, assim, o lugar do movimento sindical, líder da oposição na década de 80, que se enfraqueceu com as consequências da política neoliberal. Nos anos que se seguiram da chamada Era FHC, não haveria nada que dissesse respeito à ferrenha oposição à concretização do ideário neoliberal no Brasil e, sobretudo, aos projetos de políticas públicas em torno da reforma agrária incorporados por ele, que não passasse pelo crivo do MST.

Por ter se colocado na ofensiva, a trajetória de luta do MST se desenrolou num quadro de desqualificação comopositor com o predomínio da violência moral e física e da impunidade incessantes, tornando a resistência sua forma privilegiada de ação política. Nesse processo de luta e de resistência permanente é que se concretizou a consolidação do MST. O MST atua em 23 estados, envolvendo cerca de 2 milhões de pessoas, sendo que contabiliza cerca de 500 mil famílias assentadas através de sua luta.

O MST foi um dos organizadores dos Fóruns Sociais Mundiais de 2001, 2002 e 2003, sendo um dos articuladores mais importantes do movimento anti-globalização neoliberal no Brasil e no mundo. Por fim, o MST foi, com certeza, uma das forças políticas decisivas nos processos eleitorais que levaram os partidos de esquerda, em especial o PT, a ocupar o poder em nível local, regional e nacional. O conjunto dessas ações de resistência política, econômica, social e cultural fizeram com que, ao completar 20 anos, o movimento conquistasse uma projeção internacional jamais sonhada pelos agricultores que testemunharam o nascimento do movimento social em 1984. São muitos os estudiosos que acreditam que o MST foi uma das grandes novidades surgidas no cenário político brasileiro, atribuindo a ele, em grande parte, a existência de ações favoráveis à reforma agrária no país pelo papel fundamental que exerceu ao pressionar o poder público. Como representante das classes menos favorecidas, tornou-se um interlocutor, fazendo com que reforma agrária e o

MST passassem a ser praticamente sinônimos.

PT e MST: trajetórias comuns, caminhos diferentes e uma encruzilhada histórica

Uma breve comparação das trajetórias históricas do PT e do MST revela que, apesar de ambos surgirem do mesmo contexto, acabaram por seguirem rumos distintos, em que pode-se perceber nitidamente as diferenças entre as características do partido político e do movimento social. De um lado, o PT, com sua base social composta por trabalhadores sindicalizados e setores da classe média, teve seu caminho cada vez mais marcado pela institucionalidade, o que se caracterizou pelas disputas eleitorais e pela suas experiências de exercício do poder local. O programa partidário acompanhou esse trajeto, debruçando-se sobre reformas sociais e econômicas relacionadas às demandas concretas da população, focando a democratização da sociedade brasileira e a inclusão social. Do outro lado, o MST, caracterizou-se pela organização dos excluídos e marginalizados em sua base social, com vistas à ação política de resistência à expropriação e à exploração capitalista. Seu programa transitou das demandas concretas por terra e trabalho para a busca da construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para o país.

Foi na busca da construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil guiado por essas bandeiras de luta que os movimentos sociais e o PT ocuparam espaços de poder nunca antes conquistados. No processo de oposição ao neoliberalismo, de construção de projetos alternativos e, portanto, de tentativa de forjar uma nova hegemonia política no país, os caminhos do PT e do MST viriam a se cruzar, primeiro nos poderes locais. A realização de políticas públicas de reforma agrária seria o primeiro ensaio das possibilidades desses sujeitos trilharem um caminho comum que pretendia ser o das transformações urgentes e necessárias em nosso país.